Amarela Varela Huerta e as lutas migrantes: por uma reivindicação da humanidade e do direito a ter direitos

Amarela Varela Huerta and migrant struggles: for a vindication of humanity and the right to have rights

*Laura Santos de Souza**

O livro "*Por el derecho a permanecer y a pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes"*, de Amarela Varela Huerta, é o resultado de sua pesquisa de doutorado, realizada na Espanha, por meio de uma metodologia que mescla (auto)etnografia, entrevistas em profundidade e análise sociológica dos movimentos de migrantes no país. Ao mesmo tempo em que a autora assumidamente se declara como ativista política e militante pelos direitos dessas populações, Varela compartilha suas percepções enquanto uma migrante que sabe que acessa o território espanhol a partir de um lugar diferente dos seus entrevistados.

Sendo uma mulher mexicana, a autora conhece a experiência de estar fora de casa. No entanto, com um vínculo trabalhista como jornalista no período de execução de sua pesquisa (na época, prestava serviço para a imprensa mexicana) e um vínculo acadêmico com a Universidade Autônoma de Barcelona, admite os diferentes acessos que essas duas categorias a permitiam. Sua escrita insere no texto as vozes dos próprios migrantes que enfrentam diariamente as adversidades de existir em um espaço onde suas vidas são tidas como indesejáveis, e a busca pelo reconhecimento de suas humanidades. "A investigação está baseada em um estudo de caso,

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE). Mestre em Estudos da Mídia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN). Jornalista e Radialista (UFRN). E-mail: laurasantosdes@gmail.com

da *Asociación Cornellà Sin Fronteras*, uma das três principais organizações do movimento social dos migrantes em Barcelona[1]" (HUERTA, 2013, p. 34, tradução nossa).

No primeiro capítulo, intitulado "Desafiando controles, desobedecendo fronteiras[2]" (tradução nossa), a autora nos apresenta uma sequência de razões que levam as pessoas a migrar, e quais fatores, incluindo o medo, estão presentes nessa escolha. Grande parte dos migrantes presentes na pesquisa são do norte da África, sobretudo cidadãos *amazigh* (berbere), de origem marroquina. A questão econômica, em razão do neoliberalismo e seus efeitos nas instituições e na vida das pessoas habitantes do Sul global, é um dos principais fatores apresentados no livro. Vão para Espanha como forma de escapar de uma realidade difícil, em busca de trabalho e melhores condições de vida para si e para os seus.

Para além do aspecto financeiro, uma outra categoria abordada na obra são os *exiliados del agobio*, traduziremos como exilados da agonia ou aflição, pois, se trata de migrantes que por se sentirem sufocados pelos regimes antidemocráticos de seus países, pela repressão desses sistemas, acabam por sair. Apesar de no imaginário popular o movimento de migração ser constantemente associado à pobreza ou falta de educação superior, a autora destaca que muitos universitários fazem parte dos que migram. Como terceira categoria, apresenta os exilados do neoliberalismo e da asfixia, aqueles que iniciam a travessia como "fugitivos da desesperança", levando a ilusão de encontrar na Europa uma terra de direitos, fruto do *marketing* da União Europeia em se publicizar enquanto "berço da democracia". "A imagem da Europa como terra de abundância é central como motivação para iniciar o êxodo contra a desesperança[3]" (Huerta, 2013, p. 46, tradução nossa).

Em continuidade, aborda as estratégias para ultrapassar as fronteiras europeias e adentrar no que a autora chama de "Europa Fortaleza". Metáfora que utiliza para falar das muralhas e barreiras encontradas no percurso. A entrada marítima é uma das táticas de milhares de africanos, que atravessam o Estreito de Gibraltar, mas também de "[...] asiáticos (chineses, indianos, paquistaneses ou bengaleses) que viajam para a Mauritânia, Marrocos ou Senegal para embarcar em canoas, pequenos barcos ou navios e assim conseguem contornar as fronteiras do Velho Continente[4]" (HUERTA, 2013, p. 48, tradução nossa).

Essa é uma travessia perigosa, onde ocorrem constantes mortes. Há também múltiplas maneiras de se organizar esse trajeto. Seja por meio de um mercado considerado muitas vezes como "tráfico de pessoas", seja pela auto-organização de migrantes para cruzar as águas. Independentemente do método, o que ocorre do outro lado da fronteira é a ilegalização e a criminalização dessas pessoas. O discurso europeu sobre esses corpos

insiste em tratá-los como ameaças, ou invasores. Não à toa, Varela Huerta cita a criação de uma agência, cujo trabalho consiste na vigilância e expulsão desses corpos:

> FRONTEX é o nome abreviado, ou midiático, da "Agência Europeia para a Gestão Integrada das Fronteiras Externas dos seus Estados-Membros". Uma agência policial/militar que — criada em 26 de outubro de 2004, com sede administrativa em Varsóvia — tem a tarefa de "controlar os fluxos migratórios e rejeitar a chegada de migrantes sem documentos". Ou seja, seu papel aparente é interceptar sobreviventes que, por meio de longas viagens marítimas em pequenos barcos, tentam desafiar as fronteiras externas da Europa[5] (HUERTA, 2013, p. 50, tradução nossa).

Os dados apontados demonstram o aparato tecno-militar investido no controle dessas fronteiras. A entrada por terra, seja a pé ou com uso de veículos, ou pelo ar, é também um encontro com essa hipervigilância. Há também os casos de pessoas que entram de forma "regular", como turistas, mas acabam excedendo o tempo do visto e permanecendo no local. Sara Marino (2021) aborda igualmente o fato da migração na Europa ser taxada frequentemente como uma "crise" e como as políticas de fronteira mesclam o humanitarismo e a securitização, retratando os casos como parte de uma iniciativa militarizada para garantir a soberania territorial da nação. O que Shamir (2005) irá tratar a partir do conceito de "paradigma da suspeição". Quando a identidade de alguém serve como base para criar um perfil que o coloca eternamente em suspeita. É o caso, por exemplo, dos muçulmanos constantemente associados ao terrorismo.

Uma das ferramentas de controle do governo europeu são os Centros de Internamento de Estrangeiros (CIE). "Os CIEs são estabelecimentos não penitenciários onde são encarcerados migrantes e requerentes de asilo que permanecem 'irregularizados' para os governos da União Europeia[6]" (HUERTA, 2013, p. 78, tradução nossa). Apesar de em teoria não serem prisões, funcionam de forma a encarcerar e, novamente, criminalizar pessoas sem documentação. A autora reflete então sobre como a clandestinidade e a ilegalidade são produzidas socialmente por esses espaços que condicionam os migrantes a essa realidade, sem lhes dar a chance de serem documentados.

Sobre aspectos mais legislativos, o segundo capítulo traz para o centro da discussão a *Ley de extranjería 4/2000*, pela qual o pedido de regularização de migrantes era ainda possível, especialmente a partir do vínculo trabalhista. Após nova votação, a lei sofreu uma reforma, e passou a ser conhecida como

LO 8/2000. A mudança, longe de trazer benefícios, foi uma catalisadora da restrição de direitos, e endurecimento de mecanismos de detenção e expulsão. "Em resposta a esse ataque, coletivos de migrantes auto-organizados, de diferentes cidades do Reino da Espanha, tomaram medidas para denunciar e repudiar a Lei[7]" (HUERTA, 2013, p. 92, tradução nossa).

Inspirados nos movimentos *"sans papiers[8]"* realizado na França na década de 1990, na Espanha dos anos 2000, os migrantes (sem papel, ou o mesmo que indocumentados) se organizaram para protestar contra a legislação vigente e a luta pela sua regularização. É tendo esse cenário como contexto, que a pesquisa de Huerta (2013) abordará as ocupações, greves e movimentações políticas realizadas pelos coletivos. Uma das formas de protesto eram as greves de fome, que em muitos casos, eram utilizadas como manobra para chamar a atenção da imprensa sobre as violações de direitos. Grande parte das ocupações eram realizadas em igrejas, onde homens e mulheres migrantes reivindicavam por "papéis para todos e todas". *Slogan*, que mais adiante, se converteu em "direitos para todos e todas", pela compreensão de que apenas a documentação não traduzia plenamente o que era buscado. O que passa também pela luta antirracista, já que um registro formal não altera o fato de que os desafios enfrentados por migrantes não são resolvidos apenas por vias judiciárias. É uma questão da busca por uma cidadania plena e universal. É como a autora aponta, o direito a ter direitos.

É no terceiro capítulo que Huerta (2013) trata, de fato, de uma sociologia das lutas migrantes; de como a organização desse movimento social é feita a partir de laços comunitários e afetivos fortes.

> É assim que os migrantes constroem movimentos, usando seu capital cultural e simbólico, mas acima de tudo seu capital social, para disseminar as demandas do movimento entre suas comunidades e convocar migrantes com e sem documentos para se juntarem às mobilizações[9] (HUERTA, 2013, p. 189, tradução nossa).

As suas presenças modificam a cidade, marcam seu cotidiano, produzem sentido. "E podemos acrescentar: também "fazem cidade" e suas territorialidades, na medida em que as tramas urbanas são também feitas por essas mediações." (LACERDA; SANTOS E TELLES, 2025, p. 13). Para além dos próprios migrantes, há ainda o "apoio", que se refere aos simpatizantes aos movimentos, que mesmo não sentindo na pele, por serem "nacionais" unem forças à luta por considerá-la importante.

Ponto central dentro da diversidade de origens que conformam as organizações migrantes é o fato de em suas assembleias ser realizada uma tradução simultânea de tudo que é discutido. Muitos migrantes que adquirem

seu status de regularização abandonam o movimento ao consegui-la, mas em contrapartida, outros tantos seguem firmes, pois compreendem que ocupações e greves podem terminar, mas a luta não. Dessa forma, mantendo a todos informados de tudo que concerne ao movimento, a internet e as redes sociais também desempenham um papel fundamental, visto que é uma forma de manter a informação circulando para além do espaço da cidade, e alcançado até mesmo os familiares que ainda se encontram em seus países natais:

> De fato, os ativistas do movimento publicam regularmente relatórios na Internet, em sua língua nativa, sobre novos desenvolvimentos na obtenção de documentos, restrições ao exercício do direito à reunificação familiar ou sobre o estado das condições de trabalho dos migrantes na Espanha e, intensamente, sobre os últimos protestos de migrantes em Barcelona[10]. (HUERTA, 2013, p. 194, tradução nossa).

É ainda nesse capítulo que a luta organizada das mulheres é destacada. Isso porque, os coletivos são espaços majoritariamente masculinos. Longe de resumir a questão da exclusão apenas pela via religiosa, considerando o islamismo como predominante entre os migrantes, seu resgate histórico reflete sobre o fato de os homens serem geralmente os primeiros a migrar e a conseguir alguma documentação; sobre como as mulheres são duplamente vulnerabilizadas nesse processo, pois acabam por ser sujeitadas aos maridos ou pais que migram primeiro. Além de que, as profissões mais comumente atribuídas a elas são os empregos domésticos. Em alguns casos, muitas recorrem às atividades ligadas à prostituição, sendo dessa forma marginalizadas em relação a direitos, inclusive pelo fato de não ser uma profissão reconhecida. "Outro elemento fundamental que explica a falta de participação igualitária das mulheres migrantes no movimento é o fato de que a dinâmica de participação no movimento é baseada em uma perspectiva masculina do mundo[11]" (HUERTA, 2013, p. 204, tradução nossa).

Após dialogar com todas as barreiras e superações vivenciadas por migrantes, Amarela Varela Huerta reafirma, como no título, a necessidade de não apenas permanecer, mas pertencer. Habitar o mundo e ter sua dignidade garantida. Ser. de fato. um cidadão, com direitos equivalentes, como ao voto, por exemplo. Quem faz a cidade é quem habita nela. Esse reconhecimento mobiliza e impulsiona a luta migrante e a coloca lado a lado com outras lutas historicamente construídas. É também um convite à esperança, na medida em que esperançar se equivale não ao verbo esperar, mas a uma ação política e transformadora da realidade. "Como programa, a desesperança

nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo" (FREIRE, 1992, p. 5). Esperançar é criar um novo mundo.

NOTAS

[1] La investigación está basada en un estudio de caso, la Asociación Cornellà Sin Fronteras, una de las tres principales organizaciones del movimiento social de los migrantes en Barcelona [...] (HUERTA, 2013, p. 34)

[2] "Desafiando controles, desobedeciendo fronteras".

[3] "La imagen de Europa como tierra de la abundancia resulta central como motivación a la hora de comenzar el éxodo contra la desesperanza..." (HUERTA, 2013, p. 46).

[4] "[...] asiáticos (chinos, indios, pakistaníes o bengalíes) que viajan hasta Mauritania, Marruecos o Senegal para embarcarse en cayucos, pateras o barcos y así conseguir burlar las fronteras del Viejo Continente" (HUERTA, 2013, p. 48).

[5] "FRONTEX es el nombre abreviado, o mediático, de la «Agencia europea para la gestión integrada de las fronteras exteriores de sus Estados miembros». Una agencia policíaco / militar que —creada el 26 de octubre de 2004 y con sede administrativa en Varsovia— está encargada de «controlar los fl ujos migratorios y rechazar las llegadas de inmigrantes indocumentados», es decir, su manifi esta labor es interceptar a los supervivientes que por medio de largas travesías marítimas en pateras intentan desafi ar las fronteras externas de Europa." (HUERTA, 2013, p. 50).

[6] "Los CIE son establecimientos de carácter no penitenciario en los que se encarcela a migrantes y demandantes de asilo político que permanecen «irregularizados» por los gobiernos de la Unión Europea." (HUERTA, 2013, p. 78).

[7] "Para responder a esta agresión, colectivos de migrantes autoorganizados de diferentes ciudades del Reino de España emprendieron acciones de denuncia y repudio a dicha ley." (HUERTA, 2013, p. 92).

[8] Expressão francesa que significa "sem papel".

[9] "Así es como los migrantes construyen movimiento, usando su capital cultural y simbólico, pero sobre todo su capital social, para difundir entre sus comunidades las demandas del movimiento y convocar a los migrantes con y sin papeles a que se sumen a las movilizaciones" (HUERTA, 2013, p. 189).

[10] "En efecto, los activistas del movimiento publican regularmente en Internet reportes en su lengua materna sobre las novedades para conseguir papeles, las restricciones para ejercer el derecho a la reagrupación familiar o el estado de las condiciones de trabajo de los migrantes en España y, de manera intensa, sobre las últimas movilizaciones de los migrantes en Barcelona." (HUERTA, 2013, p. 194).

[11] "Otro elemento fundamental que explica la ausencia de una participación paritaria de las mujeres migrantes en el movimiento es el hecho de que las dinámicas de participación en el movimiento parten de una perspectiva masculina del mundo:" (HUERTA, 2013, p. 204).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LACERDA, Larissa; SANTOS, Renato Abramowicz; TELLES, Vera S. (orgs.). Dossiê: Nas tramas da cidade: territórios, mercados, conflitos. **Revista Tempo Social**, vol. 37, no. 1, 2025

MARINO, Sara. **Mediating the refugee crisis**: digital solidarity, humanitarian technologies and border regimes. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

SHAMIR, Ronen. Without borders? notes on globalization as a mobility Regime. **Sociological Theory**, 23(2):197–217, 2005.

VARELA-HUERTA, Amarela. **Por el derecho a permanecer y a pertenecer**: una sociología de la lucha de migrantes. Editorial: Traficantes de Sueños, Madrid, 2013.